

FORMAÇÃO MÉDICA E ACOLHIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Renato Jesus de Oliveira¹; Lucas de Oliveira Azevedo²; Rebeca Braga Ponte Mendes³;
Arenil Celestino Jesus de Oliveira⁴; João Victor Ferreira da Silva⁵; Luana Lacerda
Balcevicz⁶; Vinícius Valentin Raduan Miguel⁷; Ivanice Fernandes Barcellos Gemelli⁸

renatoolivheira@gmail.com

Área Temática: Temas livres em Medicina

RESUMO

Introdução: A violência sexual contra mulheres constitui um importante problema de saúde pública, produzindo impactos físicos, psicológicos e sociais que demandam respostas qualificadas dos serviços de saúde. Nesse contexto, a formação dos futuros profissionais torna-se fundamental para garantir acolhimento humanizado, atendimento adequado e articulação com as redes de proteção. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma oficina pedagógica voltada à qualificação de estudantes de Medicina de uma universidade da Amazônia Ocidental para o reconhecimento, acolhimento e atendimento de mulheres em situação de violência sexual, analisando sua contribuição para a formação profissional, para o conhecimento dos fluxos assistenciais e para a compreensão dos direitos reprodutivos e da atenção humanizada no SUS. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência referente à oficina realizada em maio de 2023, no município de Porto Velho, Rondônia, Brasil, com a participação de 31 estudantes de Medicina de uma Universidade na Amazônia. A atividade utilizou metodologias ativas, incluindo exposição dialogada, dinâmicas de grupo, discussão de casos e aplicação de instrumentos avaliativos pré e pós-intervenção. Foram abordados temas relacionados aos tipos de violência, fluxos de atendimento no Sistema Único de Saúde, compreensão das especificidades do território amazônico, notificação compulsória, coleta de vestígios, profilaxias indicadas, interrupção legal da gestação e acolhimento humanizado. **Resultados e Discussão:** A oficina possibilitou a ampliação dos conhecimentos dos participantes acerca do manejo de situações de violência sexual, evidenciando lacunas presentes na formação médica e estimulando reflexões sobre aspectos éticos, legais e assistenciais envolvidos no cuidado, bem como os desafios e potências do SUS na Amazônia. A experiência também destacou a relevância da extensão universitária como estratégia complementar de formação, especialmente em contextos amazônicos marcados por desigualdades de acesso aos serviços especializados. **Conclusão:** Iniciativas educativas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres contribuem para qualificar a formação em saúde, fortalecer práticas humanizadas de cuidado e ampliar a compreensão dos futuros profissionais sobre a atuação em rede e os princípios do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Violência Sexual; Educação Médica; Extensão Universitária; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema de proporções pandêmicas, afetando milhões de mulheres em todo o mundo e exigindo ação urgente, constituindo um importante problema de saúde pública e de direitos humanos (WHO, 2021). É caracterizada, de acordo com Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), por diferentes formas de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, em ambiente público ou privado, capazes de produzir importantes repercussões na saúde física, mental ou na qualidade de vida das vítimas (BRASIL, 2006). Nas Américas, estima-se que uma em cada quatro mulheres com 15 anos ou mais tenha sofrido violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo, demonstrando a persistência desse agravo na região (OPAS, 2023). Na Amazônia brasileira, o estado de Rondônia apresentou um crescimento no número de registros de casos de violência doméstica contra a mulher, com um aumento de 56% entre os anos de 2022 e 2025 (RONDÔNIA, 2026).

Nesse contexto, a violência contra a mulher permanece associada ainda a importantes repercussões físicas, emocionais e sociais, potencializando sua existência com a modernidade e à tecnologia, havendo um crescimento alarmante desse crime nas modalidades de perseguição e descumprimento de medidas protetivas já concedidas (FBSP, 2025), exigindo respostas articuladas entre os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e justiça. Com isso, os serviços de saúde ocupam posição estratégica na identificação, acolhimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência. Entretanto, estudos apontam que muitos profissionais apresentam dificuldades relacionadas ao reconhecimento dos casos, à condução do atendimento e aos fluxos de encaminhamento, reflexo de lacunas presentes na formação em saúde (FBSP, 2023). Nesse sentido, é perceptível que violência raramente chega aos serviços de maneira explícita ou completamente nomeada. Muitas vezes, ela aparece fragmentada nos silêncios, nas somatizações, no sofrimento psíquico, nas dores recorrentes, nas ausências às consultas e nas dificuldades de construção de vínculo.

Diante desse contexto, as iniciativas de extensão universitária e as metodologias ativas de ensino configuram-se como importantes estratégias para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas, humanas e comunicacionais necessárias ao cuidado integral de mulheres em situação de violência, compreendendo suas necessidades e diversidades, haja vista que, mesmo universal, o SUS se apresenta de forma singular em cada território, dialogando com as especificidades sociais, culturais, históricas e institucionais de cada localidade. No contexto amazônico, o conhecimento do território e

de suas nuances territoriais, históricas e socioculturais tornam-se fundamentais para a compreensão dos desafios relacionados ao acesso à saúde e à proteção social da mulher. Em especial, nas comunidades ribeirinhas, evidencia-se que o cuidado ultrapassa os limites físicos dos serviços de saúde, sendo construído também por meio das relações comunitárias, das redes de solidariedade e das formas locais de organização da vida, elementos essenciais para o acolhimento e o enfrentamento das situações de violência (ARAÚJO et al., 2023).

Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma oficina pedagógica sobre acolhimento de mulheres em situação de violência sexual desenvolvida por uma liga acadêmica de Medicina na Amazônia Ocidental e discutir suas contribuições para a formação em saúde no estado.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência acerca de uma oficina pedagógica sobre acolhimento de mulheres em situação de violência sexual, promovida pela uma Liga Acadêmica de Medicina da Universidade Federal Rondônia, Brasil, realizada em maio de 2023, no município de Porto Velho, estado pertencente à Amazônia brasileira. A atividade foi destinada a estudantes do curso de Medicina e contou com a participação de 31 acadêmicos.

Para a construção da oficina, realizou-se previamente levantamento bibliográfico em bases de dados científicas e documentos oficiais, incluindo PubMed, SciELO, LILACS e publicações do Ministério da Saúde. Foram utilizados descritores relacionados à temática da violência contra a mulher, violência sexual e aborto legal, visando subsidiar a elaboração do conteúdo programático.

A oficina ocorreu em período integral, distribuída nos turnos matutino e vespertino, e foi estruturada com base em metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Inicialmente, os participantes responderam a um pré-teste destinado à avaliação dos conhecimentos prévios sobre violência sexual e interrupção legal da gestação. Ao longo da programação foram desenvolvidas dinâmicas de sensibilização, compreensão do território amazônico nas suas diversas especificidades, análise de situações de violência representadas em produções audiovisuais, exposições dialogadas, debates temáticos e apresentação da Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, do Ministério da Saúde.

No período vespertino foram abordados aspectos legais relacionados à interrupção da gravidez prevista na legislação brasileira, bem como estratégias de acolhimento, aconselhamento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência sexual. Ao final das atividades, os participantes responderam a um pós-teste, permitindo a comparação entre os conhecimentos prévios e aqueles adquiridos durante a oficina. A análise da experiência baseou-se na observação das atividades desenvolvidas, na participação dos acadêmicos e na comparação dos resultados obtidos nos instrumentos avaliativos aplicados antes e após a intervenção educativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina possibilitou a construção de um espaço de aprendizagem, sensibilização e reflexão crítica sobre a violência sexual contra mulheres, temática que, embora represente um importante problema de saúde pública e de direitos humanos, ainda é abordada de maneira insuficiente durante a formação médica, a experiência mostrou-se como uma vivência ética, política e humana, capaz de provocar revisões sobre o ambiente de formação universitário, formação profissional, pertencimento ao território, participação social e compromisso com as populações amazônicas.

Desde as atividades iniciais, observou-se elevado interesse dos participantes, especialmente diante das discussões relacionadas às condutas clínicas, aos aspectos legais do atendimento, ao aborto previsto em lei e aos desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no acolhimento das vítimas levando em consideração as especificidades da mulher amazônica, das populações ribeirinhas, distâncias geográficas, descolamentos fluviais, dos vazios assistenciais e das fragilidades relacionadas à continuidade do cuidado em determinadas regiões do estado de Rondônia. Ao mesmo tempo, foi possível compreender a potência das redes comunitárias, das lideranças locais e das estratégias coletivas construídas nesses próprios territórios diante das ausências institucionais.

As discussões desenvolvidas ao longo da atividade permitiram identificar importantes lacunas de conhecimento entre os estudantes acerca dos protocolos assistenciais, dos direitos das mulheres e da organização das redes de atenção voltadas ao enfrentamento da violência sexual. Muitos participantes da oficina relataram insegurança quanto à condução de casos envolvendo violência sexual, sobretudo em temas relacionados à profilaxia ou pós exposição à infecções sexualmente transmissíveis, contracepção de emergência, preservação e coleta de vestígios, fluxos de encaminhamento e procedimentos relacionados ao aborto legal. Esses achados

corroboram estudos que apontam fragilidades na formação dos profissionais de saúde para o reconhecimento e manejo das situações de violência, frequentemente associadas a currículos centrados no modelo biomédico e pouco direcionados às dimensões sociais, éticas e intersetoriais do cuidado (VASCONCELOS et al., 2024).

A relevância da temática discutida durante a oficina torna-se ainda mais evidente diante do cenário epidemiológico brasileiro. Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, milhões de brasileiras sofrem anualmente algum tipo de violência física, psicológica ou sexual. Paralelamente, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam a persistência de elevados índices de estupro no país, frequentemente envolvendo vítimas em situação de vulnerabilidade e autores conhecidos das vítimas. Tais indicadores evidenciam que a violência contra a mulher não constitui um evento isolado, mas um fenômeno estrutural relacionado às desigualdades de gênero historicamente construídas na sociedade brasileira, exigindo respostas articuladas dos sistemas de saúde, proteção social, segurança pública e justiça (DA SILVA et al., 2025; FBSP, 2022). No cenário amazônico, Vieira dos Santos et al (2025) revela que no estado do Amazonas, foram notificados 23.897 casos de violência contra a mulher entre 2020 e 2024, demonstrando tendência crescente ao longo dos anos, principalmente em regiões de maior porte populacional.

A utilização de metodologias ativas favoreceu a participação dos estudantes e estimulou reflexões críticas sobre o papel do profissional de saúde diante das situações de violência na região amazônica, modificando a forma de se compreender a violência, a saúde coletiva, os processos de gestão, participação social e ampliação a respeito das redes de cuidado atuantes região.

As atividades demonstraram que o cuidado às vítimas ultrapassa a dimensão estritamente biomédica, exigindo competências relacionadas à comunicação, ética profissional, empatia, escuta qualificada e trabalho em equipe. Nesse sentido, a experiência reforçou a compreensão de que o atendimento às mulheres em situação de violência deve ocorrer de forma integral, considerando não apenas os agravos físicos decorrentes da agressão, mas também seus impactos psicológicos, sociais e familiares.

Outro aspecto amplamente debatido foi a importância do acolhimento como elemento central da assistência. A literatura demonstra que mulheres vítimas de violência frequentemente apresentam consequências que incluem ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, sentimentos de medo, insegurança e comprometimentos físicos persistentes (ZANELLO, 2022). Dessa forma, o acolhimento não deve ser

compreendido como uma etapa isolada do atendimento, mas como um processo contínuo capaz de estabelecer vínculo, favorecer a adesão ao acompanhamento e possibilitar o acesso aos diferentes serviços da rede de proteção. Conforme Silva et al. (2022) e Silva e Evangelista (2025), as necessidades apresentadas por mulheres em situação de violência, levando em consideração seus determinantes, raramente são resolvidas em um único atendimento, tornando indispensável a continuidade do cuidado integrado.

As discussões relacionadas ao aborto previsto em lei despertaram especial interesse entre os participantes e evidenciaram dúvidas frequentes sobre os aspectos éticos, legais e assistenciais envolvidos nesse processo. Embora a legislação brasileira assegure a interrupção da gestação decorrente de violência sexual, persistem barreiras institucionais e desconhecimento acerca dos fluxos assistenciais necessários para garantir esse direito. Nesse contexto, a oficina contribuiu para ampliar a compreensão dos estudantes acerca dos direitos reprodutivos das mulheres e da responsabilidade dos profissionais de saúde na garantia de um atendimento humanizado, livre de julgamentos morais e fundamentado nos princípios éticos e legais vigentes.

A experiência também permitiu refletir sobre os desafios existentes no contexto de Rondônia e da Amazônia Ocidental. Embora o estado disponha de iniciativas importantes voltadas à proteção das mulheres, incluindo serviços especializados de saúde, equipamentos da assistência social e mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres, ainda são observadas dificuldades relacionadas à integração entre os diferentes componentes da rede de atenção e proteção. Tais desafios tornam-se particularmente relevantes diante das características territoriais amazônicas, marcadas por grandes distâncias geográficas, desigualdades de acesso aos serviços e concentração de recursos especializados nos centros urbanos.

Nesse cenário, os serviços de saúde assumem papel estratégico por constituírem uma das principais portas de entrada das mulheres em situação de violência na busca por apoio e proteção. Conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e pela Lei Maria da Penha, o cuidado deve envolver articulação entre diferentes setores e garantia de acesso a medidas de prevenção de danos, assistência clínica, apoio psicossocial e encaminhamento para os demais componentes da rede de proteção (BRASIL, 2006; BRASIL, 2015). Entretanto, para que essa atuação seja efetiva, torna-se fundamental que a formação acadêmica contemple conhecimentos relacionados aos fluxos assistenciais, às políticas públicas, aos direitos humanos e à atuação interprofissional.

Por fim, a oficina demonstrou que atividades extensionistas desenvolvidas no ambiente universitário podem contribuir significativamente para a qualificação da formação médica. Além da aquisição de conhecimentos técnicos, a experiência favoreceu reflexões sobre equidade de gênero, vulnerabilidades sociais, direitos humanos e responsabilidade social da profissão médica. Tais aspectos mostram-se particularmente relevantes em contextos amazônicos, nos quais as desigualdades territoriais e as limitações de acesso aos serviços tornam ainda mais necessária a formação de profissionais comprometidos com os princípios da integralidade, humanização e defesa dos direitos das mulheres preconizados pelo Sistema Único de Saúde.

As discussões também ampliaram minha percepção sobre as fragilidades relacionadas à organização das redes de atenção e à continuidade do cuidado em Rondônia. Em diversos momentos ao longo da oficina, tornou-se evidente que muitas iniciativas potentes já existem no estado, sustentadas por profissionais, movimentos sociais, lideranças comunitárias e instituições específicas. Entretanto, frequentemente essas ações permanecem fragmentadas, pouco articuladas e territorialmente desiguais, dificultando a integralidade do cuidado e aprofundando vulnerabilidades históricas, principalmente fora da capital.

4 CONCLUSÃO

A oficina pedagógica desenvolvida em âmbito universitário demonstrou potencial para contribuir significativamente com a formação médica ao promover conhecimentos, habilidades e reflexões críticas sobre o atendimento às mulheres em situação de violência sexual. A experiência possibilitou ampliar a compreensão dos participantes acerca dos aspectos clínicos, éticos, legais e sociais envolvidos no cuidado, favorecendo uma visão mais integral e humanizada da assistência na Amazônia Ocidental.

Os resultados evidenciaram que ainda persistem lacunas na formação acadêmica relacionadas ao reconhecimento das situações de violência, aos fluxos assistenciais, à garantia dos direitos reprodutivos e à articulação com as redes de proteção. Nesse sentido, a experiência reforça a necessidade de ampliar espaços formativos que abordem a violência contra mulheres para além da dimensão biomédica, incorporando discussões sobre direitos humanos, equidade de gênero, conhecimento do território, comunicação em saúde, acolhimento qualificado e atuação intersetorial para manutenção e continuidade do cuidado de maneira longitudinal.

Destaca-se ainda que o cuidado às mulheres em situação de violência sexual exige profissionais capazes de compreender a complexidade desse fenômeno e de atuar de forma integrada com os diferentes componentes da rede de atenção e proteção. A qualificação para esse atendimento não se limita ao domínio de protocolos clínicos, mas envolve também competências relacionadas à escuta, ao vínculo, à ética profissional e ao compromisso com a garantia de direitos.

No contexto amazônico, marcado por desigualdades territoriais, grandes distâncias geográficas e dificuldades de acesso a serviços especializados, a formação de profissionais sensíveis às especificidades locais torna-se estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e para a ampliação do acesso ao cuidado integral. A compreensão dessas particularidades permite desenvolver práticas mais resolutivas, equitativas e adequadas às necessidades da população.

Por fim, a experiência reforça a relevância da extensão universitária como ferramenta de transformação da formação em saúde, aproximando estudantes das demandas sociais concretas e contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos, da equidade de gênero e dos princípios da integralidade, universalidade e humanização preconizados pelo SUS. A ampliação de iniciativas semelhantes pode representar importante estratégia para qualificar tanto a educação médica quanto as respostas institucionais ao enfrentamento das violências contra mulheres na Amazônia e em outros contextos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, A. C. et al. Psicologia e a proteção social as mulheres ribeirinhas vítimas de violência doméstica na Amazônia: Pesquisa social. **Revista PET Interdisciplinar Conexões de Saberes**, v. 7 n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/download/18007/12012>. Acesso em: 9 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 05 jun. 2026.

DA SILVA, T. F. et al. Violência contra a mulher em Manaus: análise dos determinantes socioeconômicos e institucionais e seus impactos nas vítimas. **Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.18, n.9, p. 01-12, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP): **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 01 de mai de 2026.

MOREIRA, G. A. R. et al. Notificações de violência sexual contra a mulher no Brasil. **Rev Bras Promoç Saúde**. Disponível em: <http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/3877/pdf>. Acesso em: 13 mai. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Violência contra as mulheres nas Américas: resumo regional das estimativas de prevalência da violência praticada por parceiro íntimo e da violência sexual por não parceiro**. Washington, DC: OPAS, 2023.

RONDÔNIA. Ministério Público do Estado de Rondônia. **MAPA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. Porto Velho, 2026. Mapa. Disponível em: <https://mapadaviolenciadomestica-publico.mpro.mp.br/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

Silva, A.S.B. et al. Percepções dos profissionais da atenção primária à saúde sobre a violência contra mulher. *Rev Esc Enferm USP*. 2022;56: e20210097. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0097>

SILVA, T. F. da; EVANGELISTA, D. L. Violência contra a mulher em Manaus: análise dos determinantes socioeconômicos e institucionais e seus impactos nas vítimas. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 18, n. 9, p. e21062, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.9-291. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/21062>. Acesso em: 2 de jun. 2026.

VASCONCELOS, N. M. et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n10/e07732023/>. Acesso em: 3 de maio de 2026.

VIEIRA DOS SANTOS, G. et al. PERFIL ESPACIAL E TEMPORAL E DESCRIÇÃO DOS CASOS DE VIOLENCIA CONTRA MULHER NO AMAZONAS. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 1346–1358, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n4p1346-1358. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5695>. Acesso em: 16 jun. 2026.

ZANELLO, Valeska. **A Prateleira do Amor - Sobre Mulheres Homens e Relações**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2022

World Health Organization. **Violence against women**. Geneva: WHO, 2021.